

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula

Passo Estratégico de Direito Processual Penal p/ TJDFET (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Professor: Gilberto Breder

Princípios aplicáveis ao direito processual penal; Disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal; Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas, Disposições preliminares do Código de Processo Penal.

APRESENTAÇÃO.....	1
INTRODUÇÃO.....	3
ANÁLISE ESTATÍSTICA.....	3
ANÁLISE DE QUESTÕES	5
ORIENTAÇÕES DE ESTUDO-CHECKLIST	10
PONTOS A DESTACAR.....	12
QUESTIONÁRIO DE REVISÃO	14
SÚMULAS IMPORTANTES.....	20
ANEXO I- LISTA DE QUESTÕES.....	22

APRESENTAÇÃO

Olá pessoal, tudo certo!?

Meu nome é **Gilberto Breder**, sou analista da matéria de **Direito Processual Penal** do **Passo Estratégico**.

Antes de adentrarmos em nossa análise gostaria de apresentar um pouco da minha vida.

Atualmente sou **técnico judiciário/área administrativa** do Tribunal regional federal da 2ª região, sendo que aguardo nomeação para o cargo de **Analista Judiciário/Área Judiciária** (5º lugar), no mesmo órgão, além de já ter sido aprovado em diversos outros concursos.

Sou Graduado em Direito e Pós-Graduando em Direito Penal e Processual Penal.



Estou muito feliz por participar do método **PASSO ESTRATÉGICO**, e será uma imensa honra poder contribuir para sua tão sonhada aprovação no concurso para o cargo de **ANALISTA JUDICIÁRIO-ÁREA JUDICIÁRIA DO TJDF**.

O último concurso foi aplicado pelo CESPE/CEBRASPE e por este fato nossos relatórios se basearam nesta banca.

É sabido que o CESPE/CEBRASPE é uma banca que costuma cobrar em suas provas questões com alto grau interpretativo, além de entendimentos jurisprudenciais e até mesmo doutrinários, então é importante que o candidato se atente para essas peculiaridades. Além de ser de essencial que o candidato faça muitas questões de provas, de concursos anteriores, para se habituar ao modo que a banca cobra os assuntos.

O cronograma do **PASSO ESTRATÉGICO** para a disciplina de Direito processual penal será da seguinte forma:

Assunto	Data
Princípios aplicáveis ao direito processual penal; Disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal; Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas, Disposições preliminares do Código de Processo Penal.	Disponível
Inquérito policial; ação penal; competência.	12/11/2018
SIMULADO	17/11/2018
Questões e processos incidentes; Prova; Interceptação telefônica (lei nº 9296/96).	23/11/2018
Sujeitos do processo: Juiz, Ministério público, acusado defensor, assistentes e auxiliares da justiça; atos e prazos processuais; sentença e coisa julgada.	29/11/2018
Prisão e liberdade provisória	03/12/2018



SIMULADO	10/12/2018
Processos em espécie: Processo comum, Processos especiais.	15/12/2018
Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001, e alterações (juizados especiais criminais)	18/12/2018
Nulidades; Recursos em geral; Habeas corpus e seu processo	22/12/2018
SIMULADO	22/12/2018

Feitas estas considerações, podemos começar!?

INTRODUÇÃO

No nosso primeiro relatório abordaremos os seguintes assuntos: **Princípios aplicáveis ao direito processual penal; Disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal; Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas, Disposições preliminares do Código de Processo Penal.**

A cada assunto abordado ao longo de nossos relatórios faremos uma estatística das questões cobradas, por cada tópico previsto no edital, em concursos anteriores, além de orientar o estudo e demonstrar os pontos mais importantes de cada assunto, para que o aluno possa priorizar os assuntos mais cobrados e por consequência mais importantes. Tenha certeza que isso vai proporcionar um salto em seus estudos.

Com base na análise estatística a seguir concluímos que os assuntos deste relatório têm uma importância **Baixa, baixa e Média**, respectivamente.

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Para sabermos o grau de cobrança dos assuntos abordados neste relatório, em provas do **CESPE**, foram analisadas todas as assertivas (nas questões que possuíam o estilo de alternativas, todas as letras foram contadas como assertivas) dos concursos aplicados entre os anos de **2015 a 2017**, pela



banca para os cargos de **Analista judiciário/Área judiciária** e **Analista judiciário/ Oficial de justiça avaliador**.

Com base nesta análise tivemos o seguinte resultado:

Assunto	% aproximada de incidência em provas.
Princípios aplicáveis ao processo penal	0%
Disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal	0%
Aplicação da lei penal no tempo, no espaço e em relação as pessoas.	5%

Podemos ver que os primeiros assuntos do nosso relatório possuem uma importância **baixa**, portanto, a depender do tempo que o aluno possui para realizar suas revisões estes assuntos não devem ser priorizados.

Já o segundo assunto do relatório tem uma incidência **media** em provas do CESPE e por isso merece certa atenção no momento das revisões do aluno.

Porém, é sempre bom lembrar que todos os tópicos previstos no edital são passíveis de cobrança em prova e, portanto, devem ser estudados, Ok!? 😊

Para auferirmos a importância dos assuntos, adotaremos a seguinte classificação:

Percentual de cobrança	Importância do assunto
Até 3%	Baixa
De 4% a 5%	Média
De 6% a 9%	Alta
10% ou mais	Muito alta



ANÁLISE DE QUESTÕES

Este tópico tem o objetivo de com a análise de questões anteriores de provas da banca, identificar como a mesma cobra o assunto objeto de nossa análise, para nos habituarmos com os métodos da mesma e facilitar o estudo do tema.

(CESPE/2014/CAMARA DOS DEPUTADOS/ ANALISTA LEGISLATIVO)

À luz do CPP e da jurisprudência do STJ, julgue o seguinte item, relativo à prisão, aos recursos, aos atos e aos princípios processuais penais.

Dado o princípio *tempus regit actum*, as normas processuais penais têm aplicação imediata, não alcançando crimes ocorridos em data anterior à sua vigência.

Gabarito: Errado

A redação da questão é bem simples, porém, o que deve haver aqui é uma boa interpretação e essa é uma característica da banca CESPE. A primeira parte da questão está totalmente correta no que diz respeito ao princípio tempus regit actum consagrado no Art. 2º do CPP:

Art. 2º A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

Porém, na segunda parte da questão é que se encontra o erro da mesma, pois a lei processual penal se aplicará sim a crimes ocorridos antes de sua vigência, desde que o processo relativo a esses crimes esteja em curso quando da vigência da nova norma processual.

(CESPE/2013/TJ-DFT/ANALISTA JUDICIÁRIO/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR)

A adoção dos princípios da territorialidade e da imediatidade obsta, em qualquer hipótese, a aplicação da lei processual penal a crimes ocorridos fora do território nacional e a ultratividade da norma processual.

Gabarito: Errado

Como já visto na questão anterior à banca CESPE coloca uma carga muito grande de interpretação nas questões, mas nada que não consigamos destrinchar tendo um pouco de atenção.

Vamos lá, o princípio da territorialidade se aplica a lei processual penal no espaço e está consagrado no artigo 1º do CPP e diz que o processo penal é regido pelas normas contidas no CPP em todo território brasileiro com algumas ressalvas, porém, diferente do que diz na questão em análise as normas processuais penais brasileiras podem ser utilizadas sim no processo de crimes praticados fora do território nacional desde que estes (de acordo com a regras de extraterritorialidade do direito Penal) sejam julgados no Brasil.

O princípio da imediatidade nada mais é que o princípio do Tempus regit actum, que diz respeito à lei processual no tempo, e diferente também do que diz na questão tal princípio não obsta a ultratividade da norma processual penal se esta possuir natureza híbrida (norma com disposições de direito processual e direito material).

(CESPE/2013/TRE-MS/ANALISTA JUDICIÁRIO-ÁREA JUDICIÁRIA)



No que diz respeito à aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas, assinale a opção correta.

- a) Por força do princípio *tempus regit actum*, o fato de lei nova suprimir determinado recurso, existente em legislação anterior, não afasta o direito à recorribilidade subsistente pela lei anterior, quando o julgamento tiver ocorrido antes da entrada em vigor da lei nova.
- b) nova lei processual penal aplicar-se-á imediatamente, invalidando os atos realizados sob a vigência da lei anterior que com ela for incompatível.
- c) O princípio da *immediatez* da lei processual penal abarca o transcurso do prazo processual iniciado sob a égide da legislação anterior, ainda que mais gravosa ao réu.
- d) A lei processual penal posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplicar-se-á aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- e) De acordo com o princípio da territorialidade, aplica-se a lei processual penal brasileira a todo delito ocorrido em território nacional, sem exceção, em vista do princípio da igualdade estabelecido na Constituição Federal de 1988.

Gabarito: Letra "a"

A alternativa "a" é a correta, e cobra o conhecimento não só da legislação processual penal, mas também da jurisprudência, mais especificamente a jurisprudência do STF, que no julgamento do RE 752988 SP, firmou entendimento que a recorribilidade de uma sentença penal se regula pela lei vigente no momento da sentença da qual se pretende recorrer, ou seja, se no momento da decisão o recurso existe a parte poderá recorrer, mesmo que o recurso venha ser revogado logo após a decisão, e se um recurso inexistente no momento da decisão vem a ser instituído após esta, a parte não poderá lançar mão dele. Vejamos:

(...) Ora, nos termos do art. 2º do CPP, a lei processual aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior. Desse modo, se lei nova vier a prever recurso antes inexistente após o julgamento, a decisão permanece irrecurável, mesmo que ainda não tenha decorrido o prazo para a interposição do novo recurso; se lei nova vier a suprimir ou abolir recurso existente antes da prolação da sentença, não há de se falar em direito ao exercício do recurso revogado. Se a modificação ou alteração legislativa vier a ocorrer na data da decisão, a recorribilidade subsiste pela lei anterior (...)

(STF - RE: 752988 SP, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 07/11/2013, Data de Publicação: DJe-223 DIVULG 11/11/2013 PUBLIC 12/11/2013)

Em relação à alternativa "b", a nova lei processual não invalida os atos realizados sob a vigência da lei anterior nos termos do art. 2º do CPP.

A alternativa "c" também está incorreta, a lei processual penal de fato se aplica ao réu mesmo que mais gravosa, porém, a mesma só tem aplicação a partir do momento de sua vigência (art. 2º do CPP), portanto, não abarca o prazo prescricional iniciado sob a égide de lei anterior.

A alternativa "d" também está equivocada, pois, a lei puramente processual penal se aplica desde sua vigência e não retroage mesmo que seja mais benéfica ao mesmo.

A alternativa "e" também está errada. A assertiva traz a regra prevista no artigo 1º do CPP, porém o mesmo artigo traz exceções ao princípio da territorialidade, portanto o dito princípio não é absoluto.

(CESPE/2013/PGDF/PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL)

No que se refere à lei processual penal no espaço e no tempo, julgue o item que se segue.

A aplicação do princípio da territorialidade, previsto na lei processual penal brasileira, poderá ser



afastada se, mediante tratado internacional celebrado pelo Brasil e referendado internamente por decreto, houver disposição que determine, nos casos que ele indicar, a aplicação de norma diversa.

Gabarito: CERTO

Os tratados internacionais constituem exceções ao princípio da territorialidade, por disposição expressa do art. 1º, I, do CPP:

Art. 1º O processo penal rege-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados:

I - os tratados, as convenções e regras de direito internacional;

Pela redação do inciso podemos ver que a assertiva está correta.

(CESPE/2013/TJ-DFT/ANÁLISTA JUDICIÁRIO-OFICIAL DE
JUSTIÇA AVALIADOR)

Considerando os princípios aplicáveis ao direito processual penal e a aplicação da lei processual, julgue os itens a seguir.

A autodefesa, que, pelo princípio da ampla defesa, é imposta ao réu, é irrenunciável.

GABARITO: ERRADO

A questão traz uma característica marcante da banca, que é cobrar um alto grau interpretativo em suas questões, mas nada que com certa atenção não consigamos desvendar.

A autodefesa é uma das facetas do princípio da ampla defesa, que é dividido em:

Defesa técnica

Autodefesa

A defesa técnica que é aquela que deve ser realizada por um advogado ou defensor público (ou até mesmo pelo acusado, se tiver habilitação), não pode ser renunciada, pois a falta de defesa técnica constitui uma nulidade absoluta do processo, conforme entendimento sumulado do STF:

Súmula 523:

“No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.”

Já a Autodefesa é realizada pelo próprio acusado em atos como o interrogatório do mesmo (é um direito do réu), ou por meio de instruções que o mesmo pode dar ao defensor no decorrer do processo. Tal Autodefesa é renunciável pelo acusado, pois, o mesmo tem o direito ao silêncio no ato do interrogatório ou pode não comparecer nos atos do processo, sendo revel.

(CESPE/2012/TJ-RO/ANALISTA PROCESSUAL)

a) Não há previsão legal do contraditório na fase de investigação e a sua inexistência não configura violação à Constituição Federal (CF).

b) Em determinados crimes é permitido ao juiz à iniciativa da ação penal condenatória, como no caso de procedimentos especiais, a exemplo do processo e julgamento dos crimes de falência.

c) A exigência de sigilo das investigações prevista no Código de

Processo Penal (CPP) impede, de forma absoluta, o acesso aos autos a quem quer que seja, sempre que houver risco ao bom andamento das investigações.

d) O princípio da obrigatoriedade nas ações penais públicas se estende ao procedimento relativo aos juizados especiais criminais, porquanto, desde que convencido da existência do crime, deve o MP, obrigatoriamente, submeter a questão penal ao exame do Poder



Judiciário.

e) No conflito entre o *jus puniendi* do Estado, de um lado, e o *jus libertatis* do acusado, a balança deve se inclinar a favor do primeiro, porquanto prevalece, em casos tais, o interesse público.

Julgue o seguinte item, relativo ao inquérito policial militar, à ação penal militar e à suspeição.

Gabarito: Letra "A"

A letra A é a alternativa correta, pois diferente do processo penal, o inquérito ainda é fase de investigação, possuindo característica inquisitiva e administrativa, portanto, o princípio do contraditório não se aplica em sede de inquérito policial. Porém, isso não impede que o indiciado requeira diligências a autoridade policial (que serão feitas a juízo dela), ou que o advogado do indiciado possa acompanhar os tramites do inquérito tendo acesso a elementos de investigação já documentados nos autos do inquérito. Há corrente doutrinária atualmente que entende que existe contraditório na fase do IP, porém o mesmo é mitigado.

A alternativa "B" diz respeito à possibilidade de o juiz dar início a processos judiciais. Antes da promulgação da CF/88 era possível o juiz iniciar um processo penal de ofício (processo judicialiforme), porém, com a promulgação da CF/88 e a previsão na mesma do Ministério Público como titular da ação penal tal possibilidade não existe mais, e o órgão do poder judiciário só pode dar início ao processo judicial se provocado (princípio da inércia).

Porém isso não impede que o juiz conceda de ofício ordem de habeas corpus quando reconhecer no curso do processo que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal, nos termos do Art. 654, § 2º do CPP (exceção ao princípio da inércia).

A alternativa "C" está errada, o sigilo no IP é relativo ao público em geral, o IP não é sigiloso em relação ao indiciado ou seu advogado.

A alternativa "D" está incorreta, há mitigação do princípio da obrigatoriedade nas ações penais dos juizados especiais criminais pelo instituto da transação penal.

*A alternativa "E" está incorreta, pois, quando houver conflito entre o *jus puniendi* do estado e o *jus libertatis* do indivíduo, deve prevalecer o segundo, pelo princípio do In dubio pro reo.*

(CESPE/2014/CÂMARA DOS DEPUTADOS/ANALISTA LEGISLATIVO)

Acerca da prova no processo penal, julgue o item abaixo.

A teoria dos frutos da árvore envenenada, de origem norte-americana e consagrada na CF, proclama a mácula de provas supostamente lícitas e admissíveis, obtidas, todavia, a partir de provas declaradas nulas pela forma ilícita de sua colheita.

Gabarito: CERTO

Mais uma questão do CESPE que exige, além de uma boa interpretação para ser resolvida, que o candidato tenha conhecimento da jurisprudência. A teoria dos frutos da árvore envenenada decorre do princípio da vedação a provas ilícitas, mas aquela está prevista expressamente no Código de Processo Penal e não na Constituição Federal, vejamos o parágrafo único do Art. 157 do CPP:

§ 1º São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

A CF em seu art. 5º, LVI, apenas diz que são inadmissíveis as provas obtidas por meio ilícito, nada dizendo sobre as por derivação. Porém o STJ no teor de diversos dos seus julgados vem entendendo que a teoria



dos frutos da árvore envenenada está consagrada na CF, e a banca seguiu este entendimento para a resolução da questão.

É meus amigos não tem jeito, em provas do CESPE/CEBRASPE devemos estar atentos a entendimentos jurisprudenciais, sobretudo do

(CESPE/2013/TRE-MS/ANALISTA JUDICIÁRIO-ÁREA ADMINISTRATIVA)

Com relação aos dispositivos constitucionais aplicáveis ao processo penal, assinale a opção correta.

- a) A Constituição Federal de 1988 (CF) não admite juízo ou tribunal de exceção, razão por que a atual estrutura do Poder Judiciário não prevê justiças especializadas em determinada matéria.
- b) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre devem ser comunicados ao juiz competente e à família do preso ou pessoa por ele indicada no prazo máximo de setenta e duas horas contado a partir da prisão.
- c) A garantia de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória significa que mesmo quem for preso em flagrante cometendo homicídio será possuidor da presunção de inocência.
- d) Admitir-se-á ação penal privada, subsidiária da pública, no crime de roubo, quando o membro do Ministério Público (MP) manifestar-se pelo arquivamento do inquérito policial.
- e) Ao assegurar o contraditório, a ampla defesa e a publicidade aos acusados em geral, a CF impôs a observância de tais garantias não só durante o processo penal, mas desde o inquérito policial.

Gabarito: Letra “c”

A alternativa correta é a letra “c”, pois, pelo princípio da presunção de inocência ninguém será considerado culpado antes do trânsito em julgado da sentença condenatória. Portanto mesmo que alguém seja preso em flagrante não será considerado culpado até o fim da ação penal.

A alternativa “a” está incorreta, pois, apesar da CF/88 vedar a instituição de tribunais de exceção (juiz natural), a mesma permite a instituição de justiças especializadas e estas não violam o princípio do juiz natural.

No que diz respeito à alternativa “b”, a prisão de qualquer pessoa será comunicada imediatamente ao juiz e não no prazo de 72 horas. (art. 5º, LXII, CF/88)

A alternativa “d” está incorreta, pois, o requisito para a proposição da ação penal subsidiária da pública é a inércia por parte do MP, se o mesmo requer o arquivamento do inquérito não é possível a propositura da ação subsidiária. (art. 5º, LIX, da CF/88)

O inquérito policial tem caráter informativo e pode servir apenas de base para a ação penal, por este fato a doutrina e a jurisprudência têm entendimento que não há consagração dos princípios do contraditório e da ampla defesa no IP. Por este fato a alternativa “e” está incorreta.



ORIENTAÇÕES DE ESTUDO-CHECKLIST

Neste ponto da análise iremos enumerar alguns tópicos que são considerados conhecimentos essenciais a serem observados no momento do estudo, para que o candidato possa fazer uma boa prova, diante dos assuntos do relatório.

Entenda que são pontos essenciais da matéria, portanto, deve-se ater ao máximo a estas questões do assunto. Então é essencial que no momento do estudo da matéria seja compreendido de forma efetiva o seguinte:

Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação as pessoas

1- O princípio da TERRITORIALIDADE (temperada) que rege a lei processual penal no espaço no ordenamento jurídico pátrio e suas exceções (Art. 1º do CPP incisos I a V), e a subsidiariedade da aplicação do CPP nestas exceções.

2- O princípio do *Tempus Regit Actum*, ou da Imediatidade ou efeito imediato que rege a lei processual penal brasileira no que diz respeito a sua aplicação no tempo (Artigo 2º do CPP), sua relação com normas processuais penais que contém norma de direito material em seu conteúdo (Heterotópicas) e em relação a normas que são de direito processual e material ao mesmo tempo (híbridas).

3- A possibilidade de interpretação extensiva da lei processual penal.

4- Os meios de integração da lei processual penal

- Analogia
- Princípios gerais do direito

Princípios do processo penal e Disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal

1- O princípio do devido processo legal em sua acepção formal e material, e os postulados do contraditório e da ampla defesa como seus corolários. (art. 5º, LIV, CF/88)

- Duração razoável do processo.

2- As limitações que podem ocorrer ao princípio do contraditório.

3- Os direitos que decorrem do princípio da ampla defesa e do contraditório. (art. 5, LV, CF/88)

2.1- A obrigação do Estado a prestar assistência jurídica gratuita como direito decorrente da ampla defesa.

2.2- Defesa técnica e Autodefesa: possibilidade de renúncia.

2.3- Ampla defesa e o contraditório em relação ao inquérito policial.

4- O princípio da publicidade e as hipóteses que admitem sua mitigação. (art. 93, IX, CF/88)

- A impossibilidade de restrição da publicidade dos atos judiciais aos procuradores das partes e membros do MP.



- A não aplicação do princípio da publicidade ao inquérito policial.
- 5- O princípio do Juiz Natural como proibição da formação de juízes e tribunais de exceção. (art. 5º, LIII, CF/88)
- A criação de varas especializadas não desrespeita o princípio do Juiz Natural.
- 6- Princípio da fundamentação das decisões judiciais. (art. 93, IX, CF/88)
- O STF entende que a decisão de recebimento da denúncia, não precisa de fundamentação complexa.
 - As decisões do Tribunal do Júri são conduzidas pela intima convicção dos jurados, portanto, não são fundamentadas.
- 7- Princípio da presunção de inocência ou estado de inocência e o ônus do acusador. (art. 5º, LVII, CF/88)
- Princípio do *In dubio pro reo* ou *favor rei*. (contraponto ao princípio *in dubio pro societate*)
- 8- O princípio da vedação a provas ilícitas e sua relação com a teoria dos frutos da árvore envenenada. (art. 5º, LVI, CF/88)
- A possibilidade e as hipóteses de admissão de prova ilícita.
- 9- O princípio da isonomia processual ou paridade de armas (**alguns doutrinadores entendem que seja sinônimo do princípio do contraditório, porém, a julgar por questões anteriores, esse não é o entendimento que o CESPE/CEBRASPE segue**).
- Existem possibilidades de mitigação deste princípio (ex: prazo em dobro para a Defensoria Pública recorrer)
 - Tal princípio decorre do princípio da isonomia previsto no Art. 5º, Caput, da CF/88.
- 10- As garantias constitucionais do preso (art. 5º, incisos LXI, LXII, LXIII, LXIV, LXV, LXVI e LXVIII)
- 11- A inimizabilidade dos menores de 18 anos (art. 228, da CF/88)
- 12- O reconhecimento pela CF/88 da instituição do Tribunal do júri. (Art. 5º, XXXVIII)
- 13- O sigilo de correspondências e comunicações. (art. 5º, XII)
- 14- As disposições constitucionais relativas a execução penal. (art. 5º, XLVIII, XLIX e L)
- 15- A possibilidade de ajuizamento de ação penal privada pelo indivíduo no caso de inércia do MP. (art. 5º, LIX)
- 16- A obrigação do Estado de indenizar o condenado por erro judiciário. (art. 5º LXXV)



PONTOS A DESTACAR

Neste momento de nossa análise nosso objetivo será destacar alguns pontos que merecem maior atenção dos tópicos estudados nesta seção.

Veja bem nosso objetivo aqui não é esgotar toda a matéria, e sim demonstrar conceitos e conteúdos, essenciais, para que seja feita uma boa prova.

Nesta parte poderão ser feitos alguns apontamentos a entendimentos Jurisprudências do STF ou STJ, além de entendimentos doutrinários, mas fique tranquilo, não é necessário que você memorize tais aspectos, desde que entenda a posição dos Tribunais e da doutrina majoritária sobre estes assuntos.

Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação as pessoas

1- A lei processual penal brasileira será sempre aplicada apenas no território nacional, ou seja, se houverem diligências a serem realizadas no exterior por meio de carta precatória, por exemplo, tais atos serão realizados de acordo com a legislação processual penal daquele país.

2- A lei puramente processual penal não retroage nunca, mesmo que for para beneficiar o réu.

3- Os diplomatas mesmo estando em jurisdição brasileira não serão processados no Brasil, mesmo que cometam crimes no território nacional, pois os mesmos gozam de imunidade de jurisdição, porém, isso não isenta os mesmos de serem julgados pelo respectivo país de sua nacionalidade. Tratasse de exceção ao princípio da territorialidade previsto no Art. 1º do CPP:

**Art. 1º O processo penal rege-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados:
I - os tratados, as convenções e regras de direito internacional;**

(Apenas a título de curiosidade, o tratado que prevê esta imunidade é a Convenção de Viena sobre relações Diplomáticas)

4- A recorribilidade de uma sentença penal regula-se pela lei vigente no momento da sentença da qual se pretende recorrer, ou seja, se no momento da decisão o recurso existe a parte poderá recorrer, mesmo que o recurso venha ser revogado logo após a decisão, e se um recurso inexistente no momento da decisão vem a ser instituído após ela, a parte não poderá lançar mão dele. Este é o entendimento do STF no RE 752988 SP, vejamos:

(...) Ora, nos termos do art. 2º do CPP, a lei processual aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior. Desse modo, se lei nova vier a prever recurso antes inexistente após o julgamento, a decisão permanece irrecorrível, mesmo que ainda não tenha decorrido o prazo para a interposição do novo recurso; se lei nova vier a suprimir ou abolir recurso existente antes da prolação da sentença, não há de se falar em direito ao exercício do recurso revogado. Se a modificação ou alteração legislativa vier a ocorrer na data da decisão, a recorribilidade subsiste pela lei anterior (...)

(STF - RE: 752988 SP, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 07/11/2013, Data de Publicação: DJe-223 DIVULG 11/11/2013 PUBLIC 12/11/2013)



5- Nas leis processuais penais Heterotópicas cinde-se o conteúdo de direito material das mesmas se benéficas ao réu para retroagir; nas leis processuais penais híbridas (conteúdo de direito material e processual) todo conteúdo da lei pode retroagir se benéfico ao réu.

Princípios do processo penal e Disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal

1- O direito a não autoincriminação não impede que o indivíduo, por vontade espontânea, produza prova contra si. E segundo grande parte jurisprudência a não advertência sobre esse direito não gera nulidade do ato processual **(ou pré-processual, como no caso de exame de bafômetro)**

2- Uma das facetas do princípio da Presunção de Inocência é possibilitar a inversão do ônus da prova. Parece estranha a aplicação da inversão do ônus da prova no processo penal, porém, deve-se entender que esta inversão se dará no momento de valoração da prova, quando houver dúvidas sobre a existência de responsabilidade do réu pelo fato imputado a ele. **(Parece um entendimento complicado, mas isso já foi objeto de questão do CESPE)**

3- A falta de defesa técnica é uma nulidade absoluta, porém, a mera deficiência da defesa só anulará o processo se for provado o prejuízo para o réu. Este é o entendimento sumulado pelo STF:

4- A falta de defesa técnica é uma nulidade absoluta, porém, a mera deficiência da defesa só anulará o processo se for provado o prejuízo para o réu. Este é o entendimento sumulado pelo STF:
Súmula 523

No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

Desse entendimento sumulado podemos entender que o réu não pode renunciar a ter uma defesa técnica no processo, por outro lado em relação à **autodefesa**, esta pode ser renunciada pelo réu ou acusado. Exemplo disso é o acusado se manter em silêncio no **interrogatório** (o interrogatório é um direito do acusado). Lembrando que o direito a silêncio do réu no interrogatório diz respeito ao interrogatório de mérito, **o réu não pode se silenciar quando perguntado sobre os dados de sua qualificação civil.**

5- Recentemente o STF relativizou o princípio da presunção de inocência no julgamento do **HC 126.292**, a corte fixou entendimento que o cumprimento da pena pode ser iniciado com a mera condenação em segundo grau e não a partir do trânsito em julgado. **(HC 126.292/SP, rel. Ministro Teori Zavascki, 17/12/2016).**

6- O princípio da presunção de inocência não impede as chamadas **prisões processuais** (temporária ou preventiva), pois, não se tratam de cumprimento de pena e sim prisões para garantir o bom andamento do processo ou das investigações.

7- A fundamentação referida de decisões é considerada constitucional.

8- Na decisão de recebimento da denúncia e na decisão de pronúncia do Tribunal do Júri, não



vigora o princípio do *favor rei* ou *in dubio pro reo*, mesmo que o juiz tenha dúvida, deverá decidir contrariamente ao réu, e a favor da sociedade recebendo a denúncia ou pronunciando o mesmo. (*in dubio pro societate*)

9- O princípio da Paridade de Armas é mitigado na Ação Penal Pública pelo princípio da oficialidade. O que seria isso?

O princípio da oficialidade diz que a persecução penal deve ser feita através de órgãos públicos quais sejam, autoridade policial, durante o inquérito, e MP durante o processo. Dito isto devemos entender que o MP mesmo como órgão acusador deve ser imparcial, pois, também acumula a função de fiscal da lei, então na ação penal pública, temos de um lado o MP com todo seu aparelhado estatal e do outro lado o acusado, por isso entende-se que a paridade de armas é mitigada.

10- É admitida pela doutrina a utilização de provas ilícitas quando este for o **único meio de se obter a absolvição do réu.**

11- Segundo o **STJ** a **gravação** telefônica realizada por um dos interlocutores sem o consentimento do outro é lícita e pode ser validamente utilizada como elemento de prova (**STJ, HC nº 7216-SP, Rel.: Min. Edson Vidigal, j. 28.4.1998**). Já o **STF** entende que a **gravação** é lícita se houver investida criminosa daquele que é gravado. (**STF; HC n.º 75338-RJ; Rel.: Min. Nelson Jobim; DJ de 25.9.1998**)

12- O STJ entende que a devassa a mensagens (WhatsApp) no celular do indivíduo preso em flagrante só constitui prova lícita se precedida de autorização judicial (**STJ, RHC 75.800-PR**). Já o **STF** entende ser lícita mesmo que sem autorização judicial tal devassa.

13- A doutrina e a jurisprudência entendem que no conflito entre o Tribunal do júri e competência por prerrogativa de função prevista na CF/88, prevalecerá a última.

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO

Neste ponto será apresentado um questionário com questões subjetivas, o que possibilita uma revisão mais efetiva do assunto em análise. Mesmo que você não consiga responder tais questões em um primeiro momento não se preocupe, pois, elas realmente foram preparadas para proporcionar um exercício mental dos assuntos estudados.

No decorrer de nossos relatórios serão apresentadas questões subjetivas de todos os assuntos do edital, tenha certeza de que ter revisões através de tais questões fará com que o aproveitamento em todos os pontos do edital seja muito mais efetivo.

-Questionário somente perguntas-



Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação as pessoas

- 1- Tício praticou furto sendo preso em flagrante no dia 14/12/2015, foi instaurado inquérito e oferecida denuncia pelo membro do MP. No dia 02/05/2015, estando o processo referente ao crime de Tício na fase de instrução e julgamento, foi publicada uma lei processual penal desfavorável ao mesmo. Diante desta situação responda justificadamente: Tal lei se aplica ao processo em curso? Se fosse publicada uma lei processual penal favorável ao réu a mesma poderia retroagir para desconstituir os atos passados do processo?
- 2- Lionel, diplomata argentino acreditado no Brasil, assassinou um cidadão na cidade do Rio de Janeiro, após uma discussão no trânsito. Diante de tais fatos, responda justificadamente: Lionel será processado no Brasil e de acordo com as leis processuais penais brasileiras? Qual princípio rege a lei processual penal brasileira em relação ao espaço?
- 3- No curso de determinado processo penal foi constatado que uma testemunha, considerada fundamental, arrolada pela defesa, estava residindo atualmente no Japão. Diante disso foi expedida carta rogatória para o referido país para que a testemunha fosse inquirida. De acordo com as informações responda justificadamente: A testemunha será inquirida de acordo com a legislação processual penal de qual país?
- 4- Caio, brasileiro residente em nova York, praticou tentativa de homicídio contra o Presidente do Brasil quando o mesmo participava de um evento na referida cidade. Tempos depois Caio vem ao Brasil e é aqui é processado, porém, no momento do processo surge uma dúvida de qual legislação processual deveria ser aplicado, pelo fato de o crime ter sido cometido nos EUA. Diante de tais fatos responda: A legislação de qual país deve ser aplicada? No caso de ser necessário cumprir algum ato nos EUA com a inquirição de uma testemunha, que legislação será seguida?

Princípios do processo penal e Disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal

- 1- No curso de determinada ação penal o magistrado responsável pelo processo, após requerimento do MP, decretou a prisão preventiva do réu, sem ouvir o mesmo em relação a tal requerimento. O Advogado do réu questionou tal decisão, sob o fundamento que violaria o contraditório. Diante de tais informações responda justificadamente: Houve violação ao contraditório? O réu ter sido preso antes a sentença condenatória viola o princípio do estado de inocência?
- 2- Após a sentença condenatória em determinada ação penal, foi constatado que o réu não havia sido defendido por advogado ou defensor público (defesa técnica), mas isso aconteceu porque o mesmo renunciou a tal direito. Diante das informações responda justificadamente: O fato de o réu não ter sido defendido por advogado ou defensor, inválida o processo? Se no mesmo caso, o réu tivesse sido defendido por advogado ou defensor, mas este não tivesse prestado a defesa correta ao réu, o processo deveria ser invalidado?



- 3- Caio após sair de uma boate, onde ingeriu grande quantidade de bebida alcoólica, pegou seu carro e foi dirigindo para sua residência, porém, no caminho foi para em uma *blitz* da polícia militar, momento em que um dos policiais militares pediu para que Caio fizesse o teste do bafômetro, e o mesmo aceitou prontamente, sendo constatado que ele havia ingerido bebida alcoólica. Diante destas informações responda: Caio era obrigado a realizar tal teste? O policial militar deveria fazer alguma advertência a Caio em relação à possibilidade de não realizar o teste?
- 4- O que significa a Teoria dos Frutos da Árvore envenenada? A mesma é consagrada na Constituição Federal?
- 5- O princípio da não autoincriminação impossibilita o indivíduo de realizar a confissão de um crime?
- 6- Todos os atos do processo devem ser públicos? O princípio da Publicidade comporta exceções? De exemplos.
- 7- A criação de varas especializadas viola o princípio do juiz natural? Justifique.
- 8- Cite alguns direitos que decorrem da presunção de inocência.
- 9- Quais são as garantias constitucionais do preso?
- 10- Se um deputado federal cometer crime de homicídio será competente para o julgamento do mesmo o Tribunal do júri?

Bom, agora nosso questionário com respostas:

---Questionário: pergunta com respostas---

Aplicação da lei penal no tempo, no espaço e em relação as pessoas

- 1- Tício praticou furto sendo preso em flagrante no dia 14/12/2015, foi instaurado inquérito e oferecida denuncia pelo membro do MP. No dia 02/05/2015, estando o processo referente ao crime de Ticio na fase de instrução e julgamento, foi publicada uma lei processual penal desfavorável ao mesmo. Diante desta situação responda justificadamente: Tal lei se aplica ao processo em curso? Se fosse publicada uma lei processual penal favorável ao réu a mesma poderia retroagir para desconstituir os atos passados do processo?

A lei se aplicará ao processo em curso, pois a lei processual penal é regida em regra pelo princípio do *tempus regit actum*, nos dizeres do Art. 2º do CPP.

Em relação ao segundo questionamento a lei não poderia retroagir para beneficiar o réu, pois, a lei puramente processual penal tem efeito imediato sem que se desconstituam os atos realizados quando vigente lei anterior, segundo o mesmo Art. 2º do CPP. Apenas leis processuais penais



mistas (com conteúdo de direito material) podem retroagir para beneficiar o réu.

2- Lionel, diplomata argentino acreditado no Brasil, assassinou um cidadão na cidade do Rio de Janeiro, após uma discussão no trânsito. Diante de tais fatos, responda justificadamente: Lionel será processado no Brasil e de acordo com as leis processuais penais brasileiras? Qual princípio rege a lei processual penal brasileira em relação ao espaço?

Lionel não será processado no Brasil e consequentemente seu processo não seguirá as leis processuais brasileiras, pois, o mesmo possui imunidade diplomática, trata-se de uma das exceções previstas no ART. 1º inciso I do CPP (tratados e convenções internacionais).

O princípio que rege a lei processual penal no espaço é o da territorialidade, que diz que em todos os processos em curso no território nacional será aplicado o código de processo penal (exceto próprias exceções previstas no CPP).

3- No curso de determinado processo penal foi constatado que uma testemunha, considerada fundamental, arrolada pela defesa, estava residindo atualmente no Japão. Diante disso foi expedida carta rogatória para o referido país para que a testemunha fosse inquirida. De acordo com as informações responda justificadamente: A testemunha será inquirida de acordo com a legislação processual penal de qual país?

A testemunha será inquirida de acordo com a lei processual penal do país em que o ato será realizado, neste caso o Japão, o princípio da territorialidade garante a aplicação da lei processual penal dentro do território nacional e não fora dele, neste caso deve ser respeitada a lei processual penal do país em que será realizado o ato. Como podemos ver pelo Art. 1º do CPP:

Art. 1º O processo penal rege-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados:

4- Caio, brasileiro residente em nova York, praticou tentativa de homicídio contra o Presidente do Brasil quando o mesmo participava de um evento na referida cidade. Tempos depois Caio vem ao Brasil e é aqui é processado, porém, no momento do processo surge uma dúvida de qual legislação processual deveria ser aplicado, pelo fato de o crime ter sido cometido nos EUA. Diante de tais fatos responda: A legislação de qual país deve ser aplicada? No caso de ser necessário cumprir algum ato nos EUA com a inquirição de uma testemunha, que legislação será seguida?

A legislação a ser seguida será a do Brasil com base no princípio da territorialidade (em todo território nacional será utilizado código de processo penal, respeitadas exceções previstas nele mesmo).

No caso de ser necessária a realização de algum ato nos EUA a legislação a ser seguida será a daquele país, pois não há extraterritorialidade de leis processuais penais. Toda resposta também se baseia no Art. 1º do CPP.

Disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal

1- No curso de determinada ação penal o magistrado responsável pelo processo, após requerimento do MP, decretou a prisão preventiva do réu, sem ouvir o mesmo em relação a tal requerimento. O Advogado do réu questionou tal decisão, sob o fundamento que violaria o contraditório. Diante de tais informações responda justificadamente: Houve violação ao contraditório? O réu ter sido preso antes a sentença condenatória viola o princípio do estado de



inocência?

Não houve violação ao princípio do Contraditório, pois, o mesmo não é absoluto, e é possível, como no caso da questão, que ele seja mitigado em situações que o juiz não pode dar ciência ao acusado ou esperar sua manifestação, porque isso poderia frustrar o resultado da decisão. Imaginemos no caso da questão, se o réu tivesse ciência do requerimento do MP, o mesmo poderia fugir, frustrando o objetivo da decisão judicial. (tais decisões também são conhecidas como *inaudita altera pars*) O réu ter sido preso, antes do trânsito em julgado do processo, não fere o princípio da presunção de inocência, pois, a prisão preventiva é uma prisão processual e visa garantir o bom andamento do processo, não sendo espécie de cumprimento de pena.

2- **Após a sentença condenatória em determinada ação penal, foi constatado que o réu não havia sido defendido por advogado ou defensor público (defesa técnica), mas isso aconteceu porque o mesmo renunciou a tal direito. Diante das informações responda justificadamente: O fato de o réu não ter sido defendido por advogado ou defensor, invalida o processo? Se no mesmo caso, o réu tivesse sido defendido por advogado ou defensor, mas este não tivesse prestado a defesa correta ao réu, o processo deveria ser invalidado?**

O fato do réu não ter sido defendido através de uma defesa técnica (advogado ou defensor público) invalida o processo, mesmo que ele tenha renunciado a este direito, pois, a defesa técnica é irrenunciável.

Já no caso de existir defesa técnica, mas a mesma ser deficiente, não invalida o processo por si só, neste caso deverá ser demonstrado o prejuízo do réu, para que a deficiência seja considerada uma nulidade absoluta. Tudo isso é corroborado pelo entendimento do STF em sua súmula 523:

Súmula 523

No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

3- **Caio após sair de uma boate, onde ingeriu grande quantidade de bebida alcoólica, pegou seu carro e foi dirigindo para sua residência, porém, no caminho foi para em uma *blitz* da polícia militar, momento em que um dos policiais militares pediu para que Caio fizesse o teste do bafômetro, e o mesmo aceitou prontamente, sendo constatado que ele havia ingerido bebida alcoólica. Diante destas informações responda: Caio era obrigado a realizar tal teste? O policial militar deveria fazer alguma advertência a Caio em relação à possibilidade de não realizar o teste? Caio não era obrigado a realizar o teste, pelo princípio da não autoincriminação, porém, isso não impede que ele faça o teste de acordo com sua vontade.**

Segundo a Jurisprudência dominante, o fato de o policial militar não ter advertido Caio sobre seu direito de não realizar o teste não torna ilícita a prova obtida com o mesmo, portanto, o policial militar não tinha o dever de advertir o indivíduo sobre isso.

4- **O que significa a Teoria dos Frutos da Árvore envenenada? A mesma é consagrada na Constituição Federal?**

A teoria dos frutos da árvore envenenada significa que toda prova produzida em consequência de uma descoberta obtida por meios ilícitos estará contaminada pela ilicitude desta (a título de curiosidade, tal teoria tem origem no direito americano).

Esta teoria não está prevista expressamente na CF/88, que apenas prevê em seu Art. 5º LVI, a vedação de provas ilícitas no processo, porém, **o STJ em diversos julgados afirma que tal Teoria está**



consagrada na CF/88.

5- **O princípio da não autoincriminação impossibilita o indivíduo de realizar a confissão de um crime?**

Não, o princípio da Não Autoincriminação, não impede que o réu pratique a confissão.

O princípio da Não Autoincriminação veda que seja imposto ao indivíduo que ele faça algum ato que produza prova contra ele mesmo, porém, se o indivíduo pratica o ato por sua própria vontade não podemos falar em violação deste princípio.

6- **Todos os atos do processo devem ser públicos? O princípio da Publicidade comporta exceções? De exemplos.**

Para responder esta questão vamos dar uma olhada no Art. 93, IX, da CF/88:

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

Como podemos ver a resposta se encontra no próprio texto constitucional. A publicidade dos atos pode ser restringida em alguns casos às partes e seus procuradores, ou somente a seus procuradores. Porém entenda que mesmo que a publicidade de alguns atos possa ser negada até as partes, ela nunca poderá ser negada aos procuradores das partes.

7- **A criação de varas especializadas viola o princípio do juiz natural? Justifique.**

O princípio do juiz natural veda a instituição de tribunais de exceção, porém, o próprio texto da CF/88 prevê a criação de varas especializadas, e estas não violam o princípio do juiz natural.

8- **Cite alguns direitos que decorrem da presunção de inocência.**

Decorrem da ampla defesa a obrigação do estado de prestar assistência judiciária gratuita para aqueles que não tiverem condições; e a impossibilidade de o réu ou acusado ser julgado sem advogado.

9- **Quais são as garantias constitucionais do preso?**

As garantias constitucionais do preso estão previstas no art. 5º, incisos LXI, LXII, LXIII, LXIV, LXV, LXVI e LXVIII):

Art. 5º.(...)

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVIII - conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer



violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

10- Se um deputado federal cometer crime de homicídio será competente para o julgamento do mesmo o Tribunal do júri?

Os deputados federais têm foro por prerrogativa de função previsto na CF/88, e são julgados nos crimes comuns pelo STF:

Art. 102. (...)

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

(...)

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

A doutrina e a jurisprudência entendem que no conflito de competência entre o tribunal do júri e foro por prerrogativa de função previsto na CF/88, prevalecerá o foro previsto na CF/88. Portanto no caso da questão a competência para o julgamento do crime será do STF e não do Tribunal do Júri.

SÚMULAS IMPORTANTES

Nesta seção do nosso relatório serão transcritas algumas súmulas que se mostram importantes e pertinentes ao assunto abordado, como dito anteriormente, em provas do CESPE esse estudo se mostra essencial.

SÚMULAS DO STF

Súmula Vinculante 45- A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.

Súmula vinculante 11- Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

Súmula 704- Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

SÚMULAS STJ



Súmula 64- Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa.

Súmula 444- É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

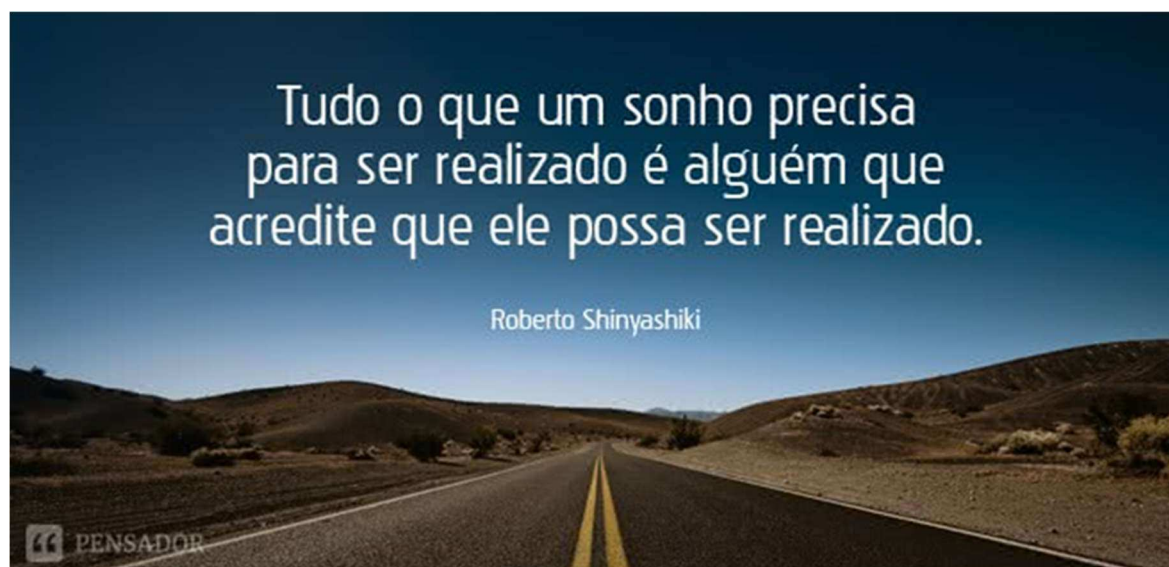
Súmula 522- A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa.

Súmula 533- Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.

Chegamos ao fim de nosso primeiro relatório. Bons Estudos!

Gostaria de pedir, por gentileza, que no caso de qualquer dúvida, sugestão ou crítica, entrem em contato comigo através do site do [Estratégia Concursos](http://www.estrategiaconcursos.com.br), na área de contato com o professor.

Forte abraço.



ANEXO I- LISTA DE QUESTÕES

1) (CESPE/2014/CAMARA DOS DEPUTADOS/ ANALISTA LEGISLATIVO)

À luz do CPP e da jurisprudência do STJ, julgue o seguinte item, relativo à prisão, aos recursos, aos atos e aos princípios processuais penais. Dado o princípio *tempus regit actum*, as normas processuais penais têm aplicação imediata, não alcançando crimes ocorridos em data anterior à sua vigência.

2) (CESPE/2013/TJ-DFT/ANALISTA JUDICIÁRIO/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR)

A adoção dos princípios da territorialidade e da imediatidade obsta, em qualquer hipótese, a aplicação da lei processual penal a crimes ocorridos fora do território nacional e a ultra-atividade da norma processual.

3) (CESPE/2013/TRE-MS/ANALISTA JUDICIÁRIO-ÁREA JUDICIÁRIA)

No que diz respeito à aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas, assinale a opção correta.

- a) Por força do princípio *tempus regit actum*, o fato de lei nova suprimir determinado recurso, existente em legislação anterior, não afasta o direito à recorribilidade subsistente pela lei anterior, quando o julgamento tiver ocorrido antes da entrada em vigor da lei nova.
- b) A nova lei processual penal aplicar-se-á imediatamente, invalidando os atos realizados sob a vigência da lei anterior que com ela for incompatível.
- c) O princípio da *immediatidade* da lei processual penal abarca o transcurso do prazo processual iniciado sob a égide da legislação anterior, ainda que mais gravosa ao réu.
- d) A lei processual penal posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplicar-se-á aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- e) De acordo com o princípio da territorialidade, aplica-se a lei processual penal brasileira a todo delito ocorrido em território nacional, sem exceção, em vista do princípio da igualdade estabelecido na Constituição Federal de 1988.

4) (CESPE/2013/PGDF/PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL)

No que se refere à lei processual penal no espaço e no tempo, julgue o item que se segue. A aplicação do princípio da territorialidade, previsto na lei processual penal brasileira, poderá ser afastada se, mediante tratado internacional celebrado pelo Brasil e referendado internamente por decreto, houver disposição que determine, nos casos que ele indicar, a aplicação de norma diversa.

5) (CESPE/2013/TJ-DFT/ANALISTA JUDICIÁRIO-OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR)

Considerando os princípios aplicáveis ao direito processual penal e a aplicação da lei processual, julgue os itens a seguir.

A autodefesa, que, pelo princípio da ampla defesa, é imposta ao réu, é irrenunciável.



6) (CESPE/2012/TJ-RO/ANALISTA PROCESSUAL)

- a) Não há previsão legal do contraditório na fase de investigação e a sua inexistência não configura violação à Constituição Federal (CF).
- b) Em determinados crimes é permitido ao juiz à iniciativa da ação penal condenatória, como no caso de procedimentos especiais, a exemplo do processo e julgamento dos crimes de falência.
- c) A exigência de sigilo das investigações prevista no Código de Processo Penal (CPP) impede, de forma absoluta, o acesso aos autos a quem quer que seja, sempre que houver risco ao bom andamento das investigações.
- d) O princípio da obrigatoriedade nas ações penais públicas se estende ao procedimento relativo aos juizados especiais criminais, porquanto, desde que convencido da existência do crime, deve o MP, obrigatoriamente, submeter a questão penal ao exame do Poder Judiciário.
- e) No conflito entre o *jus puniendi* do Estado, de um lado, e o *jus libertatis* do acusado, a balança deve se inclinar a favor do primeiro, porquanto prevalece, em casos tais, o interesse público.
- Julgue o seguinte item, relativo ao inquérito policial militar, à ação penal militar e à suspeição.

7) (CESPE/2014/CÂMARA DOS DEPUTADOS/ANALISTA LEGISLATIVO)

Acerca da prova no processo penal, julgue o item abaixo.

A teoria dos frutos da árvore envenenada, de origem norte-americana e consagrada na CF, proclama a mácula de provas supostamente lícitas e admissíveis, obtidas, todavia, a partir de provas declaradas nulas pela forma ilícita de sua colheita.

Diferentemente do inquérito policial civil, o inquérito policial militar é um procedimento sigiloso, razão por que o advogado do indiciado não tem acesso ao inquérito nem aos elementos de provas em andamento.

8) (CESPE/2013/TRE-MS/ANALISTA JUDICIÁRIO-ÁREA ADMINISTRATIVA)

Com relação aos dispositivos constitucionais aplicáveis ao processo penal, assinale a opção correta.

- a) A Constituição Federal de 1988 (CF) não admite juízo ou tribunal de exceção, razão por que a atual estrutura do Poder Judiciário não prevê justiça especializadas em determinada matéria.
- b) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre devem ser comunicados ao juiz competente e à família do preso ou pessoa por ele indicada no prazo máximo de setenta e duas horas contado a partir da prisão.
- c) A garantia de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória significa que mesmo quem for preso em flagrante cometendo homicídio será possuidor da presunção de inocência.
- d) Admitir-se-á ação penal privada, subsidiária da pública, no crime de roubo, quando o membro do Ministério Público (MP) manifestar-se pelo arquivamento do inquérito policial.
- e) Ao assegurar o contraditório, a ampla defesa e a publicidade aos acusados em geral, a CF impôs a observância de tais garantias não só durante o processo penal, mas desde o inquérito policial.

GABARITO

1- ERRADO	5- ERRADO
2- ERRADO	6- Letra A
3-Letra A	7-CERTO
4-ERRADO	8-Letra C



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.